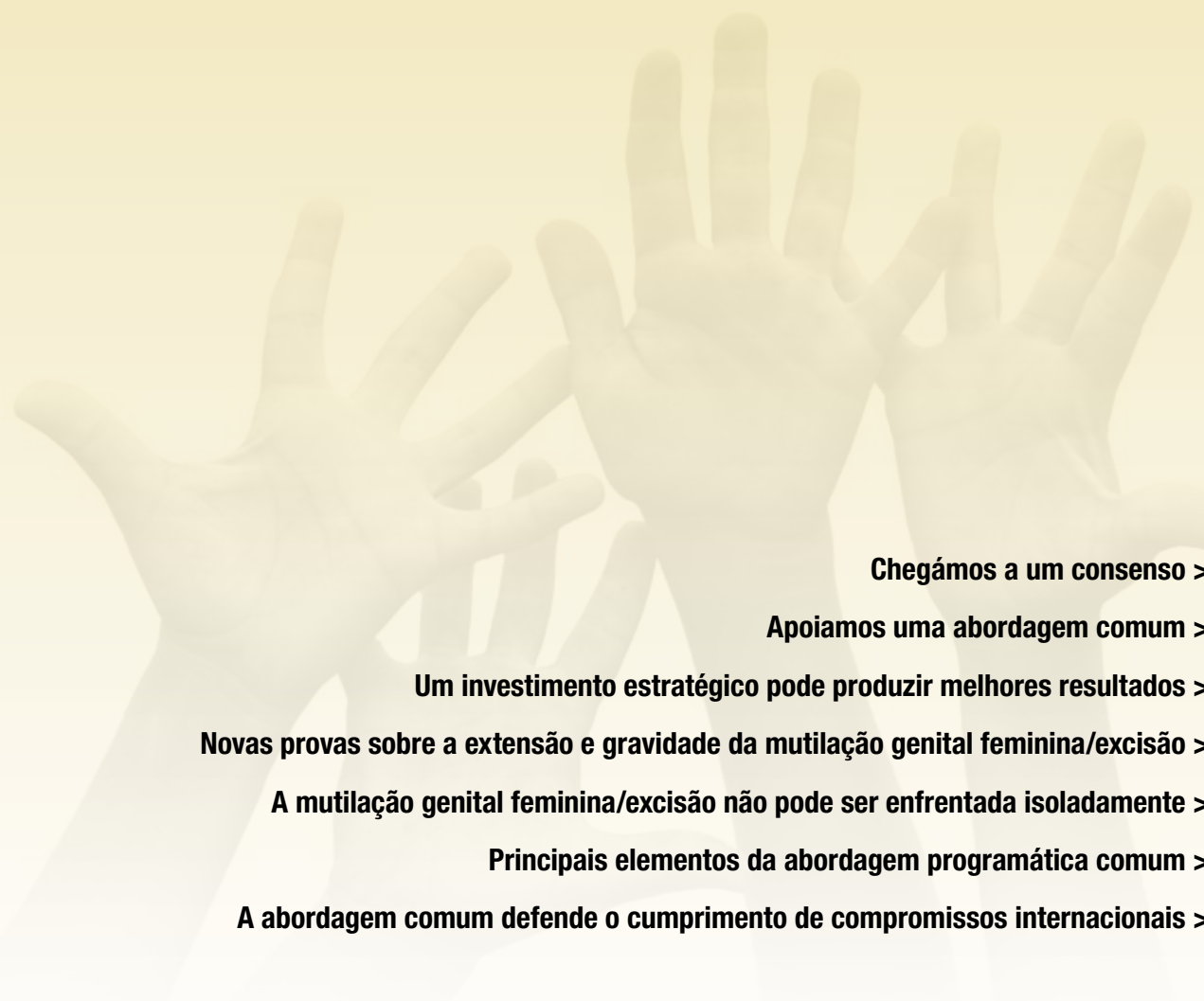


Plataforma de Acção

Para a Eliminação da
Mutilação Genital Feminina/Excisão (MGF/E)

Uma questão de igualdade de género

Grupo de Trabalho de Doadores contra a Mutilação Genital Feminina/Excisão



Chegámos a um consenso >

Apoiamos uma abordagem comum >

Um investimento estratégico pode produzir melhores resultados >

Novas provas sobre a extensão e gravidade da mutilação genital feminina/excisão >

A mutilação genital feminina/excisão não pode ser enfrentada isoladamente >

Principais elementos da abordagem programática comum >

A abordagem comum defende o cumprimento de compromissos internacionais >

Para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina/Excisão (MGF/E)

Chegámos a um consenso

O Grupo de Trabalho de Doadores contra a MGF/E (GTD) tem vindo, desde 2001, a juntar destacadas fundações e organizações governamentais e não-governamentais empenhadas em apoiar a eliminação da MGF/E. Graças à análise sistemática e partilha de experiências, chegámos a um consenso sobre uma abordagem programática comum de apoio à eliminação desta prática e que fará uma grande diferença para milhares de raparigas e mulheres em todo o mundo. Esta Plataforma de Acção resume os elementos dessa abordagem. Com apoios relativamente modestos e parcerias alargadas para a aplicação desta abordagem, a MGF/E pode ser significativamente reduzida já na próxima década.

Apoiamos uma abordagem comum

A abordagem programática comum resulta de uma análise profunda e da avaliação de experiências de outros programas apoiados por governos nacionais e organizações não-governamentais a trabalhar no terreno. A análise, baseada na teoria das ciências sociais e na perspectiva da defesa dos direitos humanos, permitiu destacar quais as medidas que funcionam e porque funcionam. Demonstrou que um processo de transformação social positivo é possível quando os programas e as políticas se concentram em proporcionar às comunidades que estas façam uma escolha coordenada e colectiva de eliminação da MGF/E.

A declaração revista do Grupo de Trabalho Interagências das Nações Unidas sobre a Eliminação da Mutilação Genital Feminina beneficiou das informações recolhidas pelo GTD e reflecte esta abordagem comum. Divulgada no início de 2008 pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, esta declaração apela aos governos, organizações nacionais e internacionais, à sociedade civil e às comunidades para que desenvolvam, fortaleçam e apoiem medidas específicas e concretas com vista à eliminação das práticas de MGF/E. O GTD apoia o alargamento e fortalecimento de parcerias, e o aumento de recursos que possibilitem a promoção eficaz desta acção dentro e fora do sistema das Nações Unidas.

Um investimento estratégico pode produzir melhores resultados

Um investimento relativamente modesto mas estratégico pode levar a uma eliminação em larga escala da MGF/E. Uma mudança social positiva pode começar por uma proporção relativamente pequena da população envolvida e difundir-se rapidamente. A partir do momento em que uma massa crítica de indivíduos manifeste publicamente o seu apoio à eliminação desta prática, as pressões sociais começarão a mobilizar-se levando mais indivíduos e famílias a aceitar a nova norma: a mudança poderá então prosseguir espontaneamente contando com apoio sustentado ao longo do tempo.

Com base nesta informação, a UNICEF estimou que a criação de programas orientados para as comunidades e orçados em 24 milhões de dólares americanos por ano ao longo dos próximos 10 anos pode levar a uma enorme redução dos casos de MGF/E em 16 países da África subsaariana que apresentam uma prevalência elevada ou média destas práticas. A Organização Mundial de Saúde prevê a necessidade de dispor de mais 4 milhões de dólares nos próximos seis anos para apoiar governos e outros parceiros a fim de gerar os conhecimentos necessários para definir padrões globais de cuidados de saúde a prestar às mulheres submetidas à MGF/E, e ainda para melhorar a eficácia dos programas.

Novas provas sobre a extensão e gravidade da mutilação genital feminina/excisão

Em posse de mais e melhor informação, estimamos agora que ascenda a 3 milhões o número de raparigas submetidas a esta prática todos os anos no continente africano (Egipto, Sudão e África subsaariana), mais 1 milhão do que apontavam as anteriores estimativas. Para além disso, a MGF/E revelou uma prevalência maior do que a antecipada em alguns países da Ásia e do Médio Oriente. O aumento das migrações fez crescer o número de raparigas e mulheres que, embora vivam fora dos seus países de origem, foram ou correm o risco de vir a ser submetidas a estas práticas. Estes números incluem as raparigas e mulheres que vivem na Austrália, na Europa e na América do Norte.

Hoje em dia está também cientificamente provado que a MGF/E é prejudicial tanto para as mulheres como para os seus bebés. É sabido desde há décadas que esta prática pode ser extremamente dolorosa, causar hemorragias prolongadas, infecções, infertilidade ou mesmo a morte; porém, um estudo divulgado pela Organização Mundial de Saúde em 2006 veio demonstrar claramente que as complicações durante o parto são mais frequentes entre mulheres submetidas à MGF/E. O estudo revelou ainda que esta prática é prejudicial para os bebés, estando na origem de mais uma ou duas mortes perinatais em cada 100 partos.

A Mutilação Genital Feminina/Excisão não pode ser enfrentada isoladamente

A MGF/E é multidimensional, afectando de diversas formas a saúde física e mental das raparigas e mulheres. Afecta a escolarização das raparigas e limita a capacidade de estas atingirem o seu máximo potencial. Pode aumentar o risco de infecção por VIH. Trata-se de uma questão de desenvolvimento e uma questão de governação. Assim, a eliminação de todas as formas de MGF/E é crucial para o sucesso dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, especialmente aqueles que se baseiam na igualdade, ensino primário universal, saúde materna, mortalidade infantil e VIH/SIDA. Fundamentalmente, esta prática constitui uma violação dos direitos humanos e mais especificamente dos direitos da criança, requerendo uma actuação ao nível das causas que lhe estão subjacentes.

Enquanto manifestação de desigualdade de género, a MGF/E está profundamente enraizada nas estruturas social, económica e política dos países onde é praticada. As mães e outros membros da família organizam a excisão das suas filhas embora possam saber que esse acto pode acarretar danos físicos e psicológicos às raparigas. Consideram que esta prática faz parte da boa educação a dar a uma rapariga e da sua preparação para a idade adulta e o casamento. Do ponto de vista destas mães, o não cumprimento desta obrigação causaria um dano ainda maior às suas filhas resultando numa situação de vergonha e exclusão social. Este tipo de comportamento enquadra-se no que os cientistas sociais designam por convenção social auto-imposta. A alteração deste tipo de convenções sociais implica que um número significativo de famílias de

uma comunidade faça uma escolha colectiva e coordenada para pôr fim a esta prática, a fim de que nenhuma rapariga ou família seja colocada numa posição desvantajosa por esta decisão.


Os programas que têm conduzido à eliminação da MGF/E numa escala significativa têm sido levados a cabo de forma sistémica, tendo estimulado e apoiado transformações sociais de grande alcance – das quais destacamos a libertação de alguns papéis ou estereótipos de género e a capacitação de mulheres e raparigas, que tiveram uma importância fundamental. Um dos resultados positivos deste processo de mudança traduziu-se na decisão coordenada e colectiva de algumas comunidades no sentido de abandonar esta prática, mas foram ainda documentados outros resultados positivos em benefício de mulheres e crianças. Entre estes resultados conta-se a diminuição dos casamentos na infância e da violência doméstica, e o aumento da matrícula escolar de raparigas e de crianças portadoras de deficiência.

Principais elementos da abordagem programática comum

As actividades de capacitação das comunidades são essenciais para as mudanças sociais positivas

As actividades promotoras de capacitação comunitária são essenciais para o tipo de mudança social que conduzirá à eliminação da MGF/E em larga escala. Estas actividades devem envolver toda a comunidade – raparigas, rapazes, mulheres e homens – e, em última análise, os grupos envolvidos nestas práticas.

A educação para a capacitação é essencial para a aquisição de novos conhecimentos e aptidões em diversos domínios, de modo a que estes possam ser adequadamente aceites e aplicados. Deverá ser usado um diálogo não-impositivo, para que as comunidades possam debater os novos conhecimentos, relacioná-los com a sua situação e considerar alternativas a algumas das práticas vigentes, incluindo a MGF/E. Estas reuniões podem ser organizadas inicialmente entre mulheres, entre homens ou entre géneros e gerações, mas deverão promover, em última análise, um consenso comunitário alargado.



Estes debates encorajam as comunidades a discutir questões e a definir soluções por si próprias sem se sentirem coagidas ou julgadas. As actividades de capacitação são mais eficazes quando estimulam a discussão dos valores ao nível básico da comunidade e a sua relação com os princípios dos Direitos Humanos. Assim, promovem uma visão partilhada com base nos Direitos Humanos e um compromisso de acção que visa realizar e estimular os processos de mudança social positiva.

A diminuição destas práticas em larga escala surge na sequência de um compromisso público de eliminação da MGF/E

Para obter uma mudança permanente e em larga escala, não basta que cada pessoa ou família mude de atitude em relação a esta prática. É necessário reunir um número suficiente de pessoas que acedam de facto a abandonar a MGF/E e que esses grupos sejam reconhecidos, para que outras famílias que tencionem seguir os mesmos passos sintam que têm o apoio da sua comunidade e que um dia conseguirão casar as suas filhas sem terem de enfrentar a vergonha ou a exclusão. De resto, os estudos demonstram que uma adesão significativa à eliminação da MGF/E decorre de um compromisso público de erradicação da prática.

Um ambiente de apoio a nível nacional acelera o processo de mudança

O processo de mudança social deve ultrapassar o âmbito de cada uma das comunidades, assumindo uma escala nacional e além fronteiras. As actividades no terreno deverão envolver líderes tradicionais, religiosos e políticos incluindo os representantes parlamentares. É também preciso que as actividades promovam e apoiem o diálogo nacional através dos seus meios de comunicação locais e nacionais, e em parceria com aliados estratégicos governamentais e da sociedade civil. Deve ser promovida a revisão e reforma das políticas e legislação por parte dos governos, resultando em medidas consentâneas com o grau de apoio existente na sociedade. Nas comunidades onde esta prática é generalizada e há pouca informação e discussão sobre as vantagens da eliminação da MGF/E, corre-se o risco de uma legislação proibitiva vir a ser ineficaz ou encorajadora da continuação clandestina da prática. Nestas circunstâncias, os governos podem abrir caminho para nova legislação ao expressar a sua posição

contrária a esta prática e divulgando razões convincentes que levem à eliminação da mesma. A nível nacional, é também necessário desenvolver um enquadramento holístico de protecção infantil que reúna legisladores, serviços sociais e de assistência, forças policiais, sistema judicial e prestadores de serviços básicos com os líderes locais e a sociedade civil. Deverá também ser assegurada assistência médica e social bem como apoio psicológico às raparigas e mulheres que foram já submetidas à MGF/E.

A abordagem comum defende o cumprimento de compromissos internacionais

Numerosos instrumentos internacionais reflectem o empenho dos Estados em pôr um fim a práticas lesivas como a MGF/E. Esses instrumentos sublinham que esta prática constitui uma violação dos Direitos Humanos da rapariga e da mulher, para as quais acarreta graves consequências. Reflectem ainda o entendimento de que a MGF/E é uma manifestação de discriminação contra as raparigas e as mulheres, e apontam para a necessidade de corrigir desigualdades de género.

Alguns destes instrumentos chave incluem artigos relevantes da Declaração Universal dos Direitos do Homem, da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres e da Convenção sobre os Direitos da Criança. Os compromissos estão reiterados nos Planos de Acção resultantes da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento de 1994, da Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher de 1995 e da Sessão Especial da Assembleia-Geral das Nações Unidas sobre a Criança de 2002. Na Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança, no Protocolo dos Direitos da Mulher em África, este também designado por 'Protocolo de Maputo', e em parte da Carta Africana sobre os Direitos Humanos e dos Povos, os estados Africanos comprometem-se ainda a tomar todas as medidas apropriadas para eliminar práticas sociais e culturais lesivas da pessoa humana.

Os governos continuam a ser exortados a eliminar estas práticas. Em 2008, o Conselho Económico e Social das Nações Unidas e a Assembleia Mundial de Saúde emitiram resoluções integralmente dedicadas à promoção de medidas para eliminar as práticas de MGF/E.

Junte se ao esforço coordenado globalmente para a erradicação da Mutilação Genital Feminina/ Excisão

Hoje em dia, munidos de novos conhecimentos e de um crescente consenso sobre a abordagem programática comum, podemos ser ainda mais eficazes a incrementar os esforços de erradicação da MGF/E. Com parcerias reforçadas e mais recursos, podemos estender o nosso apoio a comunidades em todo o mundo a fim de que estas possam enveredar pela eliminação de todas as práticas de MGF/E no espaço de uma geração e tornar realidade os compromissos internacionais.


Numerosas agências governamentais de cooperação técnica e de desenvolvimento, organizações das Nações Unidas, organizações intergovernamentais e fundações privadas já manifestaram o seu compromisso perante a abordagem programática comum e o Grupo de Trabalho dos Doadores, e mais são esperados. Estas incluem:

- Alemanha – Ministério Federal da Cooperação Económica e do Desenvolvimento (BMZ), Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ), Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW)
- Áustria – Ministério dos Negócios Estrangeiros
- Estado Unidos – Agência Norte-americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID)
- Holanda – Ministério dos Negócios Estrangeiros
- Irlanda – Irish Aid (Ajuda Irlandesa)
- Itália – Direcção Geral de Cooperação para o Desenvolvimento do Ministério dos Negócios Estrangeiros
- Noruega – Ministério dos Negócios Estrangeiros, Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento (Norad)
- Reino Unido – Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID)
- Suécia – Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Sida)
- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)
- Banco Mundial
- Comissão Económica das Nações Unidas para África (ECA)
- Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM)
- Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)
- Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP)
- Gabinete do Alto-comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR)
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)
- Organização Mundial de Saúde (OMS)
- Programa Conjunto das Nações Unidas sobre VIH/Sida (UNAIDS)
- Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD)
- Voluntários das Nações Unidas
- Comissão Europeia (CE)
- Organização Internacional para as Migrações (OIM)
- Fundação das Nações Unidas (FNU)
- Fundo Global Wallace

Pode participar de muitas maneiras, por exemplo:

- Juntando-se ao Grupo de Trabalho de Doadores contra a MGF/E no apoio à aplicação da abordagem programática comum com vista à eliminação da mutilação genital feminina/excisão, alicerçadas por décadas de experiência em programas e pesquisa.
- Contribuindo com recursos para a promoção de planos de acção a nível local, nacional e internacional consistentes com a abordagem programática.
- Apoiar o secretariado do GTD a ajudar ao alargamento das parcerias e à sustentação das actividades em curso.

Se a sua organização quiser saber mais ou juntar-se à iniciativa de parcerias promovida pelo Grupo de Trabalho de Doadores contra a MGF/E, por favor consulte o sítio www.fgm-cdonor.org



Agradecimentos: Os nossos sinceros agradecimentos são extensivos a diversos governos e organizações não-governamentais nacionais e internacionais, bem como aos investigadores que prestaram aconselhamento, informações e apoio para o desenvolvimento de uma abordagem programática comum e para a realização de acções ao nível mundial, à UNICEF pela sua acção enquanto Secretariado do Grupo de Trabalho de Doadores contra a MGF/E e ao Centro de Pesquisa Innocenti da UNICEF por produzir este documento.